

CARTA ABERTA

Prezados (as)

Planejar o desenvolvimento da cidade de Salvador e suas interações com a Região Metropolitana, em qualquer área, é sempre um momento fundamental para a vida de todos e todas, no qual se torna imprescindível a participação da sociedade civil, para que ela possa ver seus anseios delineados e concretizados.

Sendo assim, vimos entregar um documento preliminar, resultado das nossas discussões até o momento, a fim de que os itens abordados não apenas sejam considerados, mas que sirvam de base, apontem definições importantes para qualquer trabalho de gestão e sejam incluídos nos produtos que estão sendo elaborados para o Plano de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas - PMAMC e demais instrumentos de planejamento municipal.

Segue, anexo, o documento “**Urgências Identificadas para Salvador e RMS**”, na certeza de estarmos contribuindo para o desenvolvimento da região, o bem estar de todos e todas nós e, principalmente, para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Salvador, 16 de março de 2020

Convergência pelo Clima

Contatos: Marcele do Valle - tel 71 99395-2500 email - buzios.marcele@gmail.com
Renato Cunha - tel 71 99983-2871 email - ascom@gamba.org.br

Fazem parte da “Convergência pelo Clima” até o momento:

- Canteiros Coletivos
- Casa dos Olhos do Tempo que fala da Nação
Angolão Paquetan Malembá
- Casa La Frida Bike
- Coletivo Pelô Design
- Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia
- Escola Picolino de Artes do Circo
- Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo - FeNEA - Região Nordeste
- Fórum Permanente de Itapuã
- Fundação Terra Mirim
- Grupo Ambientalista da Bahia
- Grupo Amigos e Moradores de Ipitanga
- Grupo Capoeira da Baixinha
- Guardiões da Natureza da APA Bacia do Cobre/Parque São Bartolomeu
- Instituto Búzios
- Instituto de Permacultura da Bahia
- Movimento Jaguaribe Vivo
- Movimento pela preservação de Itapuã/Lagoa do Abaeté
- Movimento SOS Vale Encantado
- Movimento Viva o Parque de Pituaçu
- Mobicidade SSA
- Motirô Bahia
- Observatório do Saneamento Básico
- Passport0342
- Professores e pesquisadores da UFBA
- Projeto AMPT- Acessibilidade melhor para todos
- Projeto Parques em Conexão
- Rede Cidade Popular
- Rede Moinho – Cooperativa de Comércio Justo e Solidário
- Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto do Estado da Bahia - Sindae
- Voluntários

Obs: Esta Carta Aberta está sendo entregue para:

- Gabinete do Prefeito de Salvador
- Secretaria Municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência - SECIS
- Equipe de elaboração do PMAMC
- Equipe de elaboração do Plano Municipal de Mata Atlântica de Salvador
- Equipe de elaboração do Plano de Resiliência de Salvador
- Representantes do COMAM e CORE
- Sub-prefeituras de Salvador
- Ministério Público Estadual da Bahia
- Câmara de Vereadores de Salvador

Urgências Identificadas para Salvador e RMS

março/2020

Levantamento elaborado por: comunidades, pesquisadores, organizações da sociedade civil e movimentos sociais dos territórios de Salvador e Região Metropolitana - RMS

Para: Plano de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas de Salvador - PMAMC, demais instrumentos de planejamento, gestores públicos, representantes da sociedade civil, candidatos à eleição municipal de 2020

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO
2. INTRODUÇÃO
3. SISTEMATIZAÇÃO DAS URGÊNCIAS IDENTIFICADAS
 - Urgências Gerais
 - Urgências Territoriais
4. QUESTIONAMENTOS

1. APRESENTAÇÃO

Temos a seguir, itens levantados e sistematizados a partir de projetos que têm sido desenvolvidos em diferentes territórios de Salvador e Região Metropolitana, que foram discutidos e apresentados em debates e rodas de conversas, e que estão sendo aglutinados na **“Convergência pelo Clima”** – um coletivo formado, desde a Semana do Clima da América Latina e Caribe, realizada em agosto de 2019, em Salvador, para mobilizar esforços diante da Emergência Climática que vive o Planeta. Atualmente a convergência trabalha com os seguintes objetivos: (1) monitorar e interferir no PMAMC e em outros instrumentos de planejamento; (2) obter compromissos dos candidatos à eleição municipal de 2020; (3) promover oficinas de formação para discutir a temática do Clima com as comunidades.

Este é um documento preliminar, com contribuições iniciais apresentadas pelas comunidades de diversas áreas da região, por técnicos que desenvolvem ações locais, por integrantes de organizações da sociedade civil e da academia. São itens identificados, até o momento, que foram chamados de **“Urgências”**, dada a relevância das ações que estão por ser implementadas, mas que, com certeza, não se esgotam por aqui.

Mas esses são itens absolutamente necessários para compor o PMAMC, bem como outros instrumentos de planejamento, cujos focos prioritários devem ser, sempre, a qualidade de vida da sociobiodiversidade local.

2. INTRODUÇÃO

Lutas pelo território: o centro real e simbólico pelo bem viver!

Um território pode representar para o indivíduo que nele habita o seu “espaço de vida”. Trata-se do lugar onde se luta pela sobrevivência, se mantém relações políticas, sociais e culturais, o espaço onde se vive, onde se cria identidade, o lugar apropriado pelo indivíduo material e abstratamente.

O atual modelo de desenvolvimento impõe um espaço urbanizado cada vez mais artificial e apropriado como mercadoria, impactando diretamente na relação do indivíduo com o território. A distância da natureza imposta por essa dinâmica reflete na vida e percepção do ser humano com o seu entorno. A natureza não faz mais parte de si mesmo, no máximo a vê em espaços confinados e cada vez menores, que seguem sob a pressão do contínuo processo, dito moderno, que não admite modos de vida sócio-diversos. O urbano desperta o interesse e a cobiça das classes e organismos sociais que atuam nele e, também, a fazer parte dos circuitos de valorização do capital, tornando-se a ambição dos agentes do capitalismo (empresas, corporações, setor rentista, etc.). Tal processo resultou na produção de novas territorialidades monopolistas, produtoras e reprodutoras de desigualdades de várias ordens em múltiplas escalas.

É nesse contexto que as grandes cidades do início do século XXI acabam marcadas por uma urbanização acelerada, que tem em vista a generalização do processo produtivo, o que resulta em novos padrões de exclusão socioespacial, notadamente expressos pela informalização das relações de trabalho e moradia e pela degradação da qualidade de vida, depredação da natureza e redução das áreas verdes.

Esse contexto agora se potencializa pela emergência climática que tem forte relação com o modelo de exploração da natureza sob a lógica da acumulação infinita.

Estamos convocados a nos unir e garantir visibilidade às lutas pelo território, seus aportes teóricos e diversidade de fontes de conhecimento que se refletem e potencializam nas atuações locais. Segue, portanto, a sistematização das Urgências para várias comunidades e seus territórios, da cidade de Salvador – SSA e Região Metropolitana – RMS .

3. SISTEMATIZAÇÃO DAS URGÊNCIAS

URGÊNCIAS GERAIS

Para elaborar e executar um Plano de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas, bem como outros instrumentos de planejamento, é preciso incluir as seguintes diretrizes:

1. **Monitorar constantemente as áreas verdes de SSA** (fotos de satélites, fortalecimento da fiscalização);
2. **Tratar das águas é fundamental ao se discutir emergência climática.** O sistema hídrico deve ser base para um planejamento urbano responsável; desconstruir o discurso da ausência de rios; o fluxo promovido pelas águas é fundamental para a saúde ecossistêmica (que inclui o componente humano) e está intrinsecamente ligado à cobertura vegetal, uso e ocupação do solo;
3. **Usar o solo urbano de forma que ele dialogue com a biodiversidade urbana,** a qual propicia os serviços ecossistêmicos;

4. **Tratar da biodiversidade junto com o social**, ou seja, da “sociobiodiversidade”. Valorizar a rica história e cultura local, relacionada às nossas águas, integrando esse aspecto com a valorização ecossistêmica. Valorizar os modos de vida tradicionais e a inovação com base na sustentabilidade;
5. **Fortalecer a gestão pública das Unidades de Conservação**, reforçando os Conselhos Gestores dos parques e das APAs, sem privatizar essas áreas públicas;
6. **Cuidar da saúde ecossistêmica é ter segurança hídrica e alimentar** para as comunidades de uma área, seja ela rural ou urbana. O contato com a natureza colabora ainda com a saúde psicossocial, favorecendo a convivência e contribuindo para a redução da violência urbana;
7. **Destamponar e revitalizar/renaturalizar/restaurar os rios** – incluir os rios na paisagem, investir na convivência saudável com nossas águas, focar na continuidade do monitoramento, que deve preceder as obras e seguir durante e depois de sua implantação. Esse monitoramento deve gerar dados e informação transparente, visibilizada para a sociedade. Os custos com a produção e visibilização da informação devem ser previstos nos projetos de intervenção urbana (quando não, devem ser exigidos como parte do licenciamento e controle social). Assumir uma postura de responsabilidade perante o uso de recursos públicos, a sociedade não pode bancar intervenções que causam passivos e ainda arcar com os danos gerados pelos mesmos e com os custos para sua reversão;
8. **Rever e redirecionar o projeto do BRT de Salvador**, para garantir a permanência das árvores anciãs da av. Juracy Magalhães Junior, da vegetação remanescente das margens do Rio Camaragipe e paralisar o tamponamento;
9. **Tornar a cidade mais permeável** – adoção de soluções de adaptação baseadas em ecossistemas, para melhorar a retenção da água e favorecer a sua qualidade. Investir na restauração ecológica de áreas degradadas, aumentando a cobertura e permeabilidade do solo juntamente com a restauração de relações ecológicas típicas de áreas costeiras. Nesse contexto, destacar as áreas úmidas e áreas de preservação permanente como áreas de prevenção de risco e vulnerabilidade;
10. **Investir no saneamento que gere resultados de qualidade da água e dos ecossistemas** - promover gestão de águas pluviais numa perspectiva de convivência saudável com as águas, investir em soluções descentralizadas para retenção de água no solo e para tratamento de efluentes domésticos e industriais, pensar um sistema de saneamento capaz de integrar soluções diversificadas.
11. **Qualificar e valorizar cooperativas de catadores**, atividades de triagem e reciclagem de resíduos sólidos;
12. **Trabalhar mais com a prevenção dos problemas (princípios da precaução e prevenção)** do que com as providências em relação aos danos consumados – promover saúde ecossistêmica no ambiente urbano priorizando a conservação de áreas naturais, valorizando as mesmas na paisagem urbana, ao invés de deixá-las abandonadas, marginalizadas e invisibilizadas, em função de interesses especulativos;
13. **Conectar Ciência, Sociedade/Ativismo e tomadores de decisão**;
14. **Promover o diálogo com a população em geral**, as comunidades residentes nos diferentes territórios. Garantir a responsabilidade com o uso do dinheiro público, com a valorização de nossos ativos ambientais e a mitigação de passivos já existentes. Olhar e pensar a cidade valorizando seus diferenciais, numa leitura de paisagem mais integrada;
15. **Dialogar com a juventude da periferia**; transmitir este tipo de informação para as comunidades que não têm acesso aos debates sobre temas importantes;

16. **Promover plantios em massa**, com espécies nativas (planejados e monitorados);
17. **Aprofundar a busca de informações sobre as emergências climáticas**, os estudos sobre a complexidade e as análises sobre as relações entre os tipos de governo e suas gestões socioambientais;
18. **Promover momentos de divulgação de informações e de reflexão em todas as esferas, públicas e privadas**, para questionamento do tipo de “agro” que realmente precisamos;
19. **Levantar e aplicar as alternativas agroecológicas e permaculturais**, em Salvador e Região Metropolitana;
20. **Melhorar a qualidade da água disponível na cidade**, qualificando seus usos. Projetos sustentáveis criam oportunidades de novos empregos e geração de renda. Envolver as pessoas como parte das soluções, investindo em campanhas, coleta seletiva e incentivos fiscais para adoção de soluções descentralizadas individuais e coletivas;
21. **Estabelecer a qualidade ambiental como prioridade resultante das intervenções**. Já temos repetido modelos sabidamente insuficientes e inadequados, criadores de cenários de colapso urbano, por não incluir uma convivência saudável com as águas. Modelos estes que causam rupturas importantes no fluxo de recarga hídrica e aumentam a concentração de poluição na água;
22. **Fazer diferente, agir agora, sem medo de abandonar os velhos modelos**.

URGÊNCIAS TERRITORIAIS

Com destaques, até o momento, para os seguintes territórios: do Vale Encantado; Parque de Pituaçu; APA Bacia do Cobre-Parque São Bartolomeu; Pedra de Xangô; Pirajá; Lagoa da Paixão; Lagoa dos Frades; Parque da Lagoa dos Pássaros; Parque Mata Escura; Itapuã e Lagoa do Abaeté; Bacia do Rio Jaguaribe; Engenho Velho da Federação; Pelourinho; Subúrbio; Ipitanga; Solar do Unhão, dentre outros.

RIO JAGUARIBE

1. **Cuidar e conservar o Rio Jaguaribe** – o rio onde as onças bebiam água, mas que ainda tem jacaré, é um dos últimos rios que conecta o miolo da cidade com a orla atlântica e ainda está inserido numa área de grande riqueza. É parte de uma bacia que vem sendo perigosamente adensada por ocupações regulares e irregulares. Guarda rios onde até bem pouco tempo (antes das obras de intervenção da Avenida 29 de março e macrodrenagem dos rios da bacia) ainda se via diversidade de peixes, insetos, aves e gentes. Estamos perdendo este território, e apartando as comunidades da natureza, gerando insegurança social, hídrica e alimentar. Os projetos precisam integrar os rios, respeitar seu curso;
2. **Considerar que o rio vai além do leito e das margens** – as zonas de recarga hídrica são áreas que compõem o rio, contribuindo para sua qualidade e também para sua capacidade de vazão;
3. **Considerar o rio Jaguaribe como área que pode ser conexão entre outras áreas verdes importantes de SSA** - bacia que guarda conectividade entre áreas de mananciais importantes como o Cobre, Ipitanga, Abaeté e Pituaçu. Guarda diversos perfis de Mata Atlântica e ecossistemas associados (mata ombrófila, dunas, restinga e manguezal). Nela estão inseridos a Pedra de Xangô, o Vale Encantado, o manguezal Passa Vaca;

4. **Preservar as áreas de restinga, dunas e manguezal, além das florestas, pois todas pertencem ao bioma Mata Atlântica e SSA está totalmente inserida nesse bioma, como zona costeira. Além de serem importantes para recarga hídrica, essas áreas contribuem significativamente para a regulação do clima e funcionam como zonas tampão em caso de eventos extremos;**

VALE ENCANTADO

5. **Manter as áreas verdes existentes, estimular a abertura e a conservação de novas, investir na biodiversidade urbana já que elas favorecem a regulação climática urbana;**
6. **Acelerar os trâmites da criação do Refúgio de Vida Silvestre do Vale Encantado e estabelecer uma gestão eficiente compartilhada com a comunidade;**
7. **Criar e manter Corredores Ecológicos urbanos e fortalecer as conexões entre parques, UCs e áreas verdes que já existem (Abaeté, Pituaçu, Teodoro Sampaio, Pirajá, São Bartolomeu, Pedra de Xangô, Mata Escura, Vale Encantado, Abaeté ...), usando a Educação Ambiental como elemento agregador;**

PARQUE DE PITUAÇU

8. **Fortalecer os movimentos locais de preservação do Parque de Pituaçu, assim como o Fórum Permanente de Itapuã, e outros relacionados com outras áreas da cidade;**
9. **Fortalecer a campanha “Parques em Conexão” através do compartilhamento das informações divulgadas pela mesma;**
10. **Usar a Arte como instrumento de transformação social e conscientização ambiental, alcançando com ela pessoas das comunidades que normalmente não têm condições facilitadas, nem acesso às informações mais estruturadas;**
11. **Trabalhar com uma agenda anual de eventos de Arte e Cultura para ocupar os Parques (festivais, feiras, caminhadas, eventos esportivos, de autoconhecimento, etc...);**
12. **Fortalecer as atividades da Escola Picolino de Artes do Circo na frente do Parque de Pituaçu, fortalecendo a relação agregadora de atividades entre estes dois espaços;**
13. **Ocupar o Parque de Pituaçu e demais parques e áreas verdes, com ações de arte, esportes e lazer;**
14. **Revitalizar a ciclovia do Parque de Pituaçu (aproximadamente 15 km), mantendo seu aspecto natural e ocupá-la com atividades e eventos para a comunidade;**
15. **Preservar as áreas do Parque de Pituaçu e impedir a construção de via expressa por cima da lagoa;**
16. **Proporcionar atividades considerando os cuidados com as vidas que podemos ver e com o sagrado, que é invisível aos olhos, mas que está a todo momento emanando suas energias através das matas e das águas;**

APA BACIA DO COBRE – PARQUE SÃO BARTOLOMEU

17. **Cuidar e preservar a APA da Bacia do Cobre/São Bartolomeu;**
18. **Buscar auxílio em bases epistemológicas que sejam complexas, holísticas e integradoras da diversidade dos modos de vida;**
19. **Valorizar existências e resgatar a História do Subúrbio;**

- 20. Usar o espaço das Trilhas Ecológicas para sensibilizar e informar;**
- 21. Conservar, planejar e monitorar os usos das matas e águas da APA Bacia do Cobre (extrativismo, pesca, uso religioso);**
- 22. Exigir da Embasa a retirada dos esgotos das águas da Bacia do Cobre, do Lago da Barragem e dos Parques, assim como outros cursos d'água e lagoas de Salvador;**
- 23. Exigir que seja construído um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) entre a EMBASA e Sociedade Civil Organizada no que diz respeito aos problemas já identificados e a proposição de estratégias mais eficazes para solução dos problemas, de forma participativa;**
- 24. Fortalecer indivíduos, grupos, associações, coletivos, que exercem o papel de "Guardiões da Floresta", para que possam manter um trabalho de monitoramento e mobilização pela conservação ambiental da APA da Bacia do Cobre e dos Parques Lagoa da Paixão, Pirajá e São Bartolomeu;**
- 25. Interromper o tamponamento do Rio Paraguari e exigir a integração das obras que acontecem sem diálogo nesta bacia entre os governos estadual e municipal. Obras que acontecem concomitantemente sem que um saiba sobre o projeto do outro, com risco das obras interferirem entre si e provocarem problemas futuros;**
- 26. Discutir e decidir junto com as comunidades as questões socioambientais da APA e dos Parques Lagoa da Paixão, Pirajá e São Bartolomeu: poluição por lançamento de efluentes domésticos e industriais nos corpos hídricos que integram o sistema Bacia do Cobre, observando que neste processo a rede de esgotamento sanitário da Embasa está subdimensionada e tem se mostrado incapaz de suprir o aumento exponencial da produção de esgotos, em decorrência disto constantemente os seus Postos de Visitas - PVs extravasam e poluem o rio e nascentes; poluição das águas e ocorrência de casos de esquistossomose (acompanhados pela Fiocruz); invasão de áreas da mata por empresários, grileiros, etc.; intervenções de infraestrutura de moradia e viária provocadas pelo próprio poder público sem planejamento prévio. Aqui se insere a ausência do plano de manejo e de políticas públicas que protejam a vida de todos que convivem com a florestas e estão mais próximos das dinâmicas rurais do que urbanas, embora em coexistência tensionada no espaço urbano; ausência de políticas públicas socioambientais impulsionadas pelos próprios governos estadual e municipal;**
- 27. Acelerar a expansão do modelo de cercamento instalado no São Bartolomeu em todo o entorno da floresta (compreendendo as áreas de Pirajá; Derba; Hospital do Subúrbio; Conjunto Habitacional Paraguari II; Mirantes de Periperi; Ilha Amarela e Rio Sena);**
- 28. Elaborar e implementar um Plano de Resíduos Sólidos para APA;**
- 29. Incentivar a agroecologia e ações de reflorestamento;**
- 30. Buscar soluções inteligentes que integrem as comunidades e sociedade civil organizada em seus diferentes territórios, de forma a fomentar a apropriação destas às áreas da APA que já convivem de forma ecologicamente sustentável, com possibilidade de desenvolvimento humano (emprego e renda), sem repetir os erros do passado;**

ITAPUÃ – LAGOA DO ABAETÉ

- 31. Valorizar a história de Itapuã e da Lagoa do Abaeté: local de pesca de baleias e produção do óleo para os lampiões de rua no início do século passado; lavadeiras, pescadores, Ganhadeiras de Itapuã – tema recente da Escola de Samba Viradouro, carnaval 2020;**

32. **Considerar a fragilidade dos ecossistemas de restinga e de dunas locais, para preservá-los;**
33. **Incentivar as pesquisas sobre a área de Itapuã e entorno, buscando alternativas para preservação da região;**
34. **Articular com escolas de Itapuã e comunidades locais para discutir a preservação da área;**
35. **Promover atos em defesa da região de Itapuã/Abaeté e trilhas locais;**
36. **Preservar o acesso à orla de Itapuã, não permitindo o fechamento das praias pelos condomínios locais.**

4. QUESTIONAMENTOS

Considerando que, por inúmeras ocasiões, os modelos de consultas e de audiências públicas atuais não têm sido satisfatórios, porque constantemente tornaram-se apenas um momento informativo por parte dos grupos gestores, com muito pouca possibilidade de estudo, análise, aprofundamento e contribuições efetivas por parte das comunidades, perguntamos:

1. **Como as comunidades dos territórios de Salvador e RMS vão poder participar e interferir nas decisões, durante a elaboração do PMAMC e demais instrumentos de planejamento?**
2. **Como tornar transparente e efetivamente participativa a condução dos conselhos municipais que tratam desse tema: Emergência Climática?**

Refletindo sobre essas questões, consideramos fundamentais alguns pontos a seguir:

- **Disponibilizar toda a documentação a ser apresentada nas consultas e/ou nas audiências públicas com uma antecedência que permita os estudos necessários;**
- **Elaborar e disponibilizar, junto com a documentação formal, um Resumo Técnico, com linguajar mais popular;**
- **Divulgar o andamento dos processos de planejamento público de forma transparente e, principalmente, de fácil acesso a qualquer cidadão e cidadã, através de meios virtuais e presenciais;**
- **Integrar de forma real os representantes da sociedade civil, da prefeitura, das empresas privadas, dos cidadãos, das cidadãs e das universidades, de maneira que os participantes tenham autonomia e ampla liberdade de expressão;**
- **Usar o formato de oficinas deliberativas, para o diálogo livre e aberto dos diferentes itens do PMAMC e demais instrumentos de planejamento, de uma forma horizontal com a participação dos representantes dos diferentes segmentos;**
- **Incluir um representante da sociedade civil na equipe de elaboração do PMAMC.**